



Ata da 17.ª Reunião de Câmara | Extraordinária
23 de junho de 2023, 15:00h
Maia, Paços do Concelho

Ao vigésimo terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a décima sétima reunião de Câmara, extraordinária.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
4. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
5. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
6. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
7. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
8. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Estiveram ausentes por motivos devidamente justificados a Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, o Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho e a Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, que foram substituídos pela Senhora Vereadora Maria Alexandra Leite da Silva



Torres Teles de Menezes, pelo Senhor Vereador Luís Manuel Monjardim dos Santos Quelhas, e pela Senhora Vereadora Maria João Neno Escobar, respetivamente.

1. Alteração orçamental modificativa aos Documentos Previsionais de 2023: Terceira ao Orçamento da Receita; Terceira ao Orçamento da Despesa; Terceira ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI); Terceira ao Plano de Atividades Mais Revelantes (PAM)

Informação emanada pelo Departamento de Finanças e Património – registo n.º 30 457/23

O Senhor Presidente apresentou o ponto, referindo que a alteração orçamental modificativa era necessária por causa do Programa 1.º Direito. A Câmara tinha aprovado com o IHRU e com o Governo um programa para construir setecentos e cinquenta e sete fogos que estavam definidos no valor de sessenta e quatro milhões de euros. Entretanto, a Lei enquadadora melhorou e reforçava a verba, para valores de mercado, passando o valor para cento e seis milhões de euros. Deu nota o Senhor Presidente que tinham também de aprovar o ponto dois, que consistia na revisão e atualização da Estratégia Local, para poderem avançar com os concursos públicos quer para construção, para algumas aquisições ou para as últimas intervenções no Sobreiro nos blocos 43 a 47. Mais referiu o Senhor Presidente, que a versão anterior e que estava ainda em vigor, não estava devidamente enquadrada, sendo por isso que só tinham aberto naquele dia os dois primeiros blocos, não havendo enquadramento para os outros cinco blocos. Com esta alteração, já podiam evoluir e lançar o concurso para os outros cinco blocos e concluir tudo o que era edifício no Sobreiro. Havia uma empreitada que já estava em curso, na Rua do Picoto e dos espaços exteriores daqueles blocos, empreitada essa que estava enquadrada no PEDU. A alteração orçamental consistia, basicamente, no acomodar os cento e seis milhões que o programa 1.º Direito ia prever e que o IHRU já tinha aprovado e comunicado. Assim, havia que ser aprovado nos Órgãos Municipais, Câmara e Assembleia Municipal, para depois se remeterem as aprovações, o que implicava que a Câmara Municipal tivesse de ajustar a sua componente financeira plurianual. Mais disse o Senhor Presidente que se a Câmara for célere, pode vir a beneficiar de uma ajuda maior através do PRR. O Senhor Presidente mencionou que a Câmara estava a fazer um esforço enorme, porque estavam a comprar um conjunto grande



de terrenos destinados a novas construções, e que também estavam a comprar apartamentos, tendo até à data sido adquiridos três em direito de preferência. Algo que era benéfico, porque o valor que o IHRU pagava tem atingido os valores que estavam a custar os apartamentos. Disse o Senhor Presidente que, ao momento, tinha dois apartamentos que estavam a ser avaliados, sendo um T2 e um T3, para depois responderem.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho questionou, se a Lei para efetuar a resposta era de dez ou oito dias.

Respondeu o Senhor Presidente que era de dez dias úteis.

O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho questionou também, se ambos os apartamentos estavam dentro da ARU.

O Senhor Presidente respondeu que para a Câmara ter direito de opção tinham que estar dentro da ARU.

Depois de submetida a discussão e votação, foi a alteração orçamental modificativa aos Documentos Previsionais de 2023: Terceira ao Orçamento da Receita; Terceira ao Orçamento da Despesa; Terceira ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI); Terceira ao Plano de Atividades Mais Revelantes (PAM), **aprovada por unanimidade.**

Mais se deliberou pela apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Pocal e alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

2. Revisão e atualização da Estratégia Local de Habitação do Concelho da Maia e do Acordo de Colaboração celebrado entre o IHRU e o Município da Maia, no âmbito da implementação do Contrato de Mandato referente ao 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago - registo n.º 31 306/23

Depois de submetida a discussão e votação foram as propostas: 1) Revisão e atualização da Estratégia Local de Habitação (ELH) e do Acordo de Colaboração celebrado com o IHRU no âmbito do Programa 1.º Direito, nos termos apresentados



na proposta elaborada pela Espaço Municipal e previamente validada pelo IHRU, incluindo a reprogramação do Acordo de Colaboração, que passa a contemplar um investimento total de cento e seis milhões, trezentos e trinta e oito mil e trezentos e noventa e seis euros e noventa cêntimos (106 338 396,90 euros), de acordo com a distribuição de fontes de financiamento apresentada no mapa respetivo, emitido pelos serviços do IHRU; 2) Remessa à Assembleia Municipal, para deliberação, tendo em vista a sua submissão das correspondentes deliberações ao IHRU, no sentido de se proceder à efetiva formalização contratual da atualização da ELH e do AC entre o IHRU e o município da Maia, **aprovadas por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas dezasseis horas e um minuto o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 4 (quatro) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 23 de junho de 2023